

ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Inez Terezinha Stampa¹

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre espaços públicos e ações coletivas na sociedade brasileira atual. Propõe-se repensar as relações entre Estado/mercado/sociedade, a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil, e entre o público e o privado. A análise indica que o processo de redefinição dessas relações vem provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política, bem como aponta que a resistência à partilha do poder é o principal obstáculo para a constituição de uma esfera pública democrática.

Palavras-chave: espaço público, ações coletivas, cidadania, cultura política.

Abstract

This article is a reflection about public sphere and collective actions in Brazilian society at the present time. The proposal is to think the relations between State, Market and Society, the new definitions for the relations between State and the civil society and the public sphere and the private sphere. The analysis indicates that the process to find new definitions to these relations is provoking a rising of a new understanding of the significances of the public sphere, the constitution of the citizenship, the democracy practices, the standards of the public administration and the construction of a new political culture, and also shows that the resistance to accept the power-sharing is the principal obstacle to construct a public democratic sphere.

Keywords: public sphere, collective actions, citizenship, political culture.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio.

Introdução

Este artigo resulta de reflexões elaboradas ao longo da pesquisa, em andamento, para realizar minha tese de doutorado, cujo tema é a relação entre o sindicalismo e o processo de consolidação de uma sociedade democrática, tendo em vista a articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais², no sentido de ampliar sua base de atuação política na defesa dos interesses dos trabalhadores que representam, e dos direitos do trabalho, em geral.

Dessa forma, a investigação sugere uma reflexão sobre a ação sindical em um contexto de transformação no mundo do trabalho e de restrição do espaço público e das ações coletivas, tendo como foco a sociedade brasileira atual, onde a correlação de forças se redefiniu, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, numa conjuntura histórica na qual convivem velhos e novos padrões de gestão e de trabalho, cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, individualização e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações. Esse quadro afeta gravemente as condições subjetivas dos trabalhadores e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva³. Diante de tal contexto, onde pode se falar na construção de uma nova sociabilidade, torna-se necessário apontar elementos para uma discussão sobre a constituição de espaços públicos democráticos no Brasil, dada a sua importância para o enfoque que estou adotando na investigação.

É pertinente repensar as relações entre Estado/mercado/sociedade, a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado, questões fundamentais para situar o cenário no qual estão os movimentos sociais e, em particular, o movimento sindical de trabalhadores. Vale lembrar o papel de destaque no recente processo de democratização do país exercido pelos sindicatos, os quais vêm passando por um recuo, sobretudo após a década de 1990, com as investidas das políticas de cunho neoliberal, que têm trazido a despolitização da participação das camadas populares. O processo de redefinição des-

² A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla e “genérica”, pois sua problematização não está nos objetivos desse texto.

³ Esses elementos foram abordados, preliminarmente, em Stampa (2000, 2002 e 2004).

sas relações está provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política.

A pesquisa em desenvolvimento, bem como a bibliografia consultada, mostram que o principal obstáculo encontrado é o da resistência à participação popular no nível das deliberações. A análise indica, também, que a via para romper tais resistências é a construção e o fortalecimento de espaços onde possa haver, pelo debate público, reconhecimento dos diferentes interesses envolvidos e a participação das camadas populares na formulação de políticas públicas que expressem os interesses em questão.

Espaço público no Brasil – “estado da arte”

Parto da perspectiva de recusa do caminho economicista, que exclui as lutas de classes e as esferas da política e da ideologia, assim como do caminho politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade. Penso que os dois atalhos não permitem compreender a complexidade dos fenômenos que compõem os problemas da construção de espaços públicos democráticos no Brasil.

Neste texto, o termo “espaço público” refere-se ao campo de debates da sociedade civil. Com base no pensamento de Gramsci, filósofo e ativista político italiano, ela é considerada como importante arena da luta de classes. É nela que as classes lutam para conquistar a hegemonia, ou seja, a direção política. Por essa razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido mais amplo. Bom lembrar que, para Gramsci, o Estado ampliado é a soma da sociedade civil e da sociedade política. Esta leitura gramsciana coloca, então, como essência de qualquer projeto de emancipação política das classes populares, a idéia do fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão como terreno privilegiado da luta político-cultural. Voltarei a este aspecto mais adiante.

Já o termo “público” refere-se ao que é considerado como bem comum, como patrimônio coletivo, ou seja, aquilo que “não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. Notemos que isso não quer dizer estatal” (Ribeiro, 1994). Assim, refiro-me ao espaço não-estatal, mas de dimensão pública, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do

Estado ou do mercado, onde tenham lugar a convivência e o debate no tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer a lógica neoliberal. Nesse sentido, a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização - torna-se um novo centro de reconstrução da política, em seu sentido amplo.

E como se situa esse processo atualmente? É bastante visível, hoje, seja no âmbito dos movimentos sociais, das Organizações Não-Governamentais (ONG's) e de parcelas dos intelectuais, a compreensão de que o crescimento de práticas participativas, a partir das bases da sociedade, requer uma redefinição das relações entre Estado e sociedade civil.

Tendo em vista ser o conceito de sociedade civil muito utilizado hoje e, por essa razão, ter se ampliado a ponto de permitir muitas interpretações e ambivalências, é importante examinar, criticamente, as apropriações que dele têm sido feitas⁴. Neste trabalho ele está sendo usado como o espaço das lutas sociais e, conseqüentemente, como o espaço onde se definem as propostas coletivas.

Seguindo nessa direção, ao analisar o longo processo de emergência da sociedade civil brasileira, pode se afirmar que os anos da década de 1980, apesar de considerados como “anos perdidos” do ponto de vista econômico, foram anos de importantes conquistas por parte de diversos sujeitos da sociedade civil, em especial os movimentos sociais. Esses movimentos, que vinham se organizando desde a década de 1970, fortaleceram-se e conseguiram deixar marcas e conquistas durante o processo da elaboração da Constituição de 1988, no plano dos direitos sociais e da criação de espaços de representação de sujeitos coletivos na elaboração e gestão de políticas públicas. Contudo, como o processo não se esgota com a elaboração da constituição, e a realidade da reforma constitucional comprova esse fato com muita clareza, as

⁴ Houtart (2001) faz uma análise interessante sobre as variações de sentido do conceito sociedade civil, identificando uma concepção burguesa, uma concepção “angélica” e uma concepção analítica ou popular da sociedade civil, estando essa última relacionada a uma leitura da sociedade em termos de relações sociais, ou seja, identificando na sociedade civil um lugar “onde se produzem as desigualdades sociais e onde se fazem representar interesses de classes muito divergentes (p. 3)”.

lutas pela construção e ampliação de espaços democráticos e pela garantia dos direitos previstos na Carta Magna devem prosseguir, sobretudo num contexto de desenvolvimento de políticas de cunho neoliberal, como o que temos presenciado desde o início da década de 1990.

De acordo com a pesquisa que venho desenvolvendo e a literatura especializada, alguns mecanismos⁵, quando executados de forma séria e competente, podem possibilitar a transparência administrativa, a não intermediação da aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, alterar a forma da relação da população com o poder público. Ao participar das orientações das ações de um governo, acredita-se que a população exerça, de fato, sua cidadania e que as relações tradicionais do Estado com a sociedade civil, marcadas por uma profunda herança elitista e autoritária e pela prática do clientelismo, possam ser alteradas.

Sobre esta questão polêmica do autoritarismo e do clientelismo e para um aprofundamento sobre as dificuldades do espaço público no Brasil, é interessante ver observações de Gurza Lavalle (2004), onde o autor demonstra que a maioria das análises sobre o tema indicam que tal espaço é, freqüentemente, tolhido pelas imposições dos interesses privados que dele se apropriam, remetendo, na maioria das vezes, tais dificuldades para a herança da escravidão e suas seqüelas. Contudo, afirma ele, “a emergência do social no mundo moderno deu lugar à vida pública e (...) seus efeitos interagem com a vida política e dependem das possibilidades da institucionalização universal de interesses, isto é, do perfil histórico-político do Estado” (p. 167). Diante desta perspectiva, e sem discordar do autor de que “a coincidência e os descompassos nas dinâmicas da organicidade do social, da institucionalização política de interesses pelo Estado e pelos meios de comunicação interagem de forma complexa na configuração do espaço público” (idem), cabe a pergunta: que tipo de vida pública é gerada, sob os efeitos da terrível hetero-

⁵ Aqui poderiam ser lembradas as experiências de orçamento participativo por parte da administração pública, as câmaras setoriais como tentativa de estabelecimento de novas formas de gestão pública favorecedora da negociação entre governo, empresários e trabalhadores e, ainda, no contexto da gestão das políticas sociais como forma de articulação estatal e privada na direção do público, a experiência dos conselhos de gestão das políticas sociais. Ainda que na prática esses mecanismos nem sempre se configurem como fóruns efetivos de participação, está entendido como mecanismo capaz de propiciar o compartilhamento do poder de decisão quanto à formulação de políticas públicas, portanto, como partilha efetiva de poder e no interior dos espaços públicos.

geneidade e desigualdade social que continuam existindo no país, não obstante os processos de modernização vividos ao longo do século XX e que, ainda hoje, permanecem?

Conforme já afirmado, essa possibilidade de alteração nas relações sociais remete à participação da população e ao exercício da cidadania. Neste ponto, cabe esclarecer sobre a utilização da categoria cidadania e da própria noção de participação. Devo deixar claro em que sentido conceitos tão difundidos e polêmicos, são aqui tratados.

Ainda que a versão liberal de cidadania que, desde sua origem, serviu como uma resposta do Estado a reclamações de setores sociais excluídos, hoje em dia desempenhe funções bem distintas de sua procedência, há semelhanças nesse termo que expressa referências comuns, como a questão dos direitos políticos e sociais e da própria democracia, sendo este outro conceito muito difundido que, também, gera distorções. O que quero evidenciar são as diferenças políticas, com sentido e intenções muito diferentes entre si que, também, se expressam como diferenças conceituais. De acordo com o que sugere Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), a partir dos anos de 1990, a noção que já vinha historicamente sendo redefinida pelos movimentos populares, passou a ser apropriada pelos diversos projetos políticos em cena na sociedade brasileira. A primeira diferença remete à própria noção de direitos, que não se limita mais ao acesso a direitos previamente definidos, mas à idéia de “direito de ter direitos” (p. 86). Como consequência da primeira, a segunda diferença que, da forma como a entendo, consiste nesse processo, requer a constituição de sujeitos sociais ativos que possam definir os seus direitos e lutar pelo seu reconhecimento, sendo, portanto, “uma cidadania desde baixo” (p. 87). Uma outra diferença é que não se requer somente participação e acesso a um sistema político já dado, mas o direito de poder participar na própria definição desse sistema, o que implica em transformações nas relações de poder. Ou seja, essa concepção ampliada contrasta com a visão liberal e implica o não confinamento da cidadania aos limites das relações entre Estado e indivíduo. Mas, como a ideologia neoliberal busca impor uma visão de cidadania como “uma sedutora integração individual ao mercado” (p. 84), as dificuldades para que as classes populares possam desempenhar seu papel de cidadãos são bem reais, mas não são impeditivas de práticas concretas, como demonstra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, por exemplo.

Neste ponto, devo apontar a potencialidade dos movimentos sociais para o enfrentamento dessas questões. Alvarez, Dagnino e Escobar (op.cit.), ao realizarem discussão sobre a dimensão cultural e política nos movimentos sociais latino-americanos, trazem elementos que ajudam a entender e a enfrentar o problema do esvaziamento da esfera pública no Brasil, onde poder e política sempre foram esferas privativas de uma casta de privilegiados. Para tanto, o conceito de política cultural é utilizado, designando o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica⁶. Esse lado constitutivo, segundo os autores, significa que a cultura, entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas, ou seja, no processo pelo qual o cultural se torna fato político⁷.

Assim, a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação da força coletiva. Pois são os coletivos que criam dissenso, que criam política, esta entendida como escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos, é o que ensina Oliveira (2000). Bauman, que considera a liberdade individual produto do trabalho coletivo, ou seja, ela só pode ser garantida coletivamente, afirma:

“(...) o que se espera da política (a arte de traduzir os problemas pessoais em questões de ordem pública, im-

⁶ Referenciando Canclini, ao explorar o político nos movimentos sociais, devemos ver a política como algo mais que votar, fazer campanha ou lobby. Ela deve ser vista, também, como lutas de poder realizadas em espaços definidos como privados, sociais, econômicos culturais etc. Por sua vez, o poder não deve ser confundido como dominação, manipulação ou imposição da ordem de cima para baixo, mas como uma relação social difusa por todos os espaços, embora isso não signifique descuido do modo como tais movimentos interagem com a sociedade política e o Estado.

⁷ Os autores buscam em Jordan e Weedon o aporte para essa discussão: “A legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las são preocupações centrais da política cultural. (...) As políticas culturais determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos e indivíduos têm poder para definir esses significados. Elas preocupam-se, também, com subjetividade e identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla para transformar a sociedade” (Jordan e Weedon *apud* Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000: 22).

perativo vital e urgente para a renovação da política atual), é exigir de toda e qualquer forma de união humana que se justifique em termos de liberdade humana para pensar e agir – e que deixe o palco caso se recuse a/ou não consiga fazê-lo” (2000: 14).

A literatura especializada mostra que, para experiências empreendidas e que não lograram sucesso, o principal obstáculo encontrado é o da resistência à participação popular no nível das deliberações, ou seja, resistência à partilha do poder propriamente dito (vide, por exemplo, Dagnino, 2002). A via para romper tais resistências parece ainda ser a da construção e fortalecimento de espaços públicos onde possa haver, pelo debate público, o reconhecimento dos diferentes interesses e participação das camadas populares na formulação de políticas públicas que expressem os interesses em questão.

Contudo, há que se lembrar, também, que, não obstante o esforço de criação e ampliação desses espaços, que caminha no sentido da consolidação do processo democrático no Brasil, esses mecanismos, muitas vezes, quando empregados na perspectiva da atuação conjunta da sociedade civil e do Estado, podem ser utilizados como reforço de um projeto de sociedade que não contempla o interesse da maioria. Dessa forma, tal interlocução, então, pode contribuir para encobrir a verdadeira essência de tal projeto que, tanto quanto um projeto de cunho democratizante, exige uma sociedade civil ativa e propositiva, configurando-se esses mecanismos como canais de mediação entre ambos⁸.

Diante disto, a reflexão sobre a constituição de uma nova esfera pública democrática está relacionada à necessidade de se repensar as relações entre Estado/mercado/sociedade, a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado. O processo de redefinição dessas relações vem provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição

⁸ Utilizo o termo “projeto de sociedade” para referir-me ao plano geral das idéias e intenções embutidas na direção que se busca, na construção da sociedade brasileira. Nesse sentido, proponho haver um projeto baseado no ideário neoliberal, que busca a manutenção da sociedade marcada pelo elitismo, e outro, de cunho democratizante, que busca a participação, em seu sentido ampliado, das classes populares na construção da sociedade, tendo como princípios básicos a constituição da cidadania e da democracia.

da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política.

Relações entre Estado e sociedade

Diante do exposto, torna-se importante uma breve referência às relações entre Estado e sociedade, para que se possa compreender melhor o quadro que estamos vivendo no que concerne à constituição de espaços públicos no Brasil.

Tomando como referência o campo teórico do marxismo, vale lembrar como se deu a passagem de uma concepção restrita a uma concepção ampliada de Estado, pois esta implicou em importantes alterações com relação às estratégias políticas de transformação da sociedade e à própria concepção de democracia participativa.

Foi em Gramsci que a ampliação da concepção de Estado encontrou sua expressão mais completa, associada a uma compreensão inovadora em relação à tradição marxista do conceito de sociedade civil⁹:

“O Estado, em sentido amplo, com ‘novas determinações’, comporta duas esferas principais – a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil* formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa)” (Coutinho, 1989: 76-77).

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci e sua atualidade ver, entre outros, “Ler Gramsci, entender a realidade” (Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira, orgs.); “Gramsci e a sociedade civil” (Giovanni Semeraro); “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político” (Carlos Nelson Coutinho) e “Mundialização e política em Gramsci” (Alex Fiuza de Mello). A referência completa das obras citadas encontra-se ao final do texto.

Esta ampliação permite observar que há uma diferença na função que tais esferas exercem na organização da vida social e nas relações de poder que se estabelecem na sociedade. Ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica¹⁰, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas é na sociedade civil que as classes buscam aliados para as suas posições, ou como ensina Gramsci, buscam exercer sua hegemonia.

Na literatura mais recente que discute a relação Estado e sociedade civil¹¹, pode-se identificar uma vertente que procura dar continuidade a um debate clássico sobre a dualidade entre ambos¹² e outra, ainda mais recente, que situa a sociedade civil como parte da constituição de uma esfera pública que se diferencia tanto da noção tipicamente estatal, como das regras estritas do mercado. Esta última nasceu sobretudo da reflexão acerca da crise do Estado de Bem-Estar Social e do colapso das experiências socialistas do Leste Europeu.

As discussões recentes sobre sociedade civil¹³ estão marcadas pela emergência dos novos movimentos sociais, a partir dos anos 1970, e pela crise do socialismo real no Leste Europeu, no final dos anos 1980. Ambos os processos fizeram ressurgir a idéia de uma contraposição entre sociedade civil e Estado, sendo que o fortalecimento da sociedade civil é visto como condição para se poder redefinir o papel do Estado e a relação entre ambos.

Nesse processo de redefinição das relações entre Estado e sociedade civil, opera-se, também, uma reformulação nas relações entre o público e o privado, apontando para uma nova compreensão da constituição de espaços públicos.

¹⁰ A origem do Estado, segundo Gramsci, encontra-se na divisão da sociedade em classes, que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção.

¹¹ Refiro-me a Luciano Avritzer ("Sociedade civil e democratização"), Norberto Bobbio ("O conceito de sociedade civil" e "Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política"), Francisco de Oliveira ("Os protagonistas do drama: Estado e sociedade civil no Brasil") e Vera da Silva Telles ("Sociedade civil e a construção de espaços públicos"). As obras aqui citadas estão referenciadas na bibliografia deste texto.

¹² Nesse caso Norberto Bobbio é um dos expoentes.

¹³ Refiro-me a Avritzer (1993), Oliveira (1994), Dagnino (1994, 2002 e 2003), Doimo (1995), Telles (1994), Fedozzi (1997) e Semeraro (2001). Referências completas na seção bibliografia.

Souza (1995), Telles (1994), Dagnino (1994, 2002 e 2003), dentre outros, vêm desenvolvendo as noções de bem público e espaço público como elementos constitutivos da nova cidadania e utopia democrática e da redefinição das relações entre Estado e sociedade. Souza afirma que a noção de bem público é o critério fundamental para possibilitar a universalização da democracia e da cidadania.

“O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre direito de uns poucos e o de todos. Nesse sentido, o público é o espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. Enfim, o público é a expressão da democracia aplicada ao conceito do que deve e pode ser universal. Mas é também um modo de pensar a reorganização da nossa sociedade marcada por esta dicotomia entre o privado e o estatal. Não estamos propondo que não haja espaços privados, onde cada pessoa possa exercitar sua privacidade e defender seus direitos. Essa seria uma forma de totalitarismo do social sobre o pessoal, ou individual. Também não estamos propondo a eliminação do estatal, naquilo pelo qual só o Estado pode e deve se responsabilizar, como as questões de segurança, a garantia dos direitos e a proteção contra o abuso do privado sobre o público. Estamos propondo que o democrático seja abrangente, que o público seja a forma democrática de existir e equacionar os problemas de todos, em que a cidadania se realiza em toda sua universalidade” (Souza, 1995).

Também em Telles encontramos a noção de espaço público como elemento constitutivo de uma nova cidadania e utopia democrática:

“Nestes tempos em que se redefinem as relações entre Estado, economia e sociedade, em que a crença em soluções redentoras não mais se sustenta, em que exclusões velhas e novas se processam numa lógica que escapa às soluções conhecidas, o que parece estar em jogo é uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. (...) São práticas, experiências e acontecimentos que reatualizem a ‘invenção democrática’ que caracterizou os anos 80,

em uma descoberta da lei e dos direitos que se forma e se renova na prática da representação, interlocução e negociação de interesses” (1994: 98-99).

Dagnino, ao analisar o significado das experiências de participação popular na gestão pública, destaca a transformação das relações Estado/sociedade e sua contribuição para a criação de um novo tipo de espaço público, afirmando que essas experiências apontam que tal redefinição não é apenas dos modos de tomada de decisões no interior do Estado mas, também, dos modos como se dão as relações Estado/sociedade. “Mais ainda, eu diria que esse tipo de processo contribui para a criação de um espaço público onde os interesses comuns e os particulares, as especificidades e diferenças podem ser discutidas” (1994: 110-111).

Nesse ponto torna-se fundamental problematizar essa reflexão, tendo em vista a existência de projetos políticos diversos em curso na nossa sociedade¹⁴. Dagnino (2002 e 2003), ao analisar o tema da constituição de espaços públicos no Brasil recente, chama a atenção para esse fato. Não obstante o impulso democratizador da participação da sociedade civil nesses espaços, ela enfatiza seus limites e possibilidades, sobretudo com a heterogeneidade que agora se observa com os diferentes projetos políticos em disputa. Assim, destaca o processo de democratização multifacetado, desigual no seu ritmo e nos seus efeitos, com avanços, estagnação e até retrocessos. Analisa os encontros que se estabelecem entre Estado e sociedade civil e indaga se tais encontros podem ou não contribuir para o avanço da democracia. Demonstrando que os interlocutores são portadores de interesses diferenciados e que os espaços públicos deveriam ser regulados democraticamente para a administração de conflitos e para a construção de consenso, a autora questiona como eles funcionam na realidade.

Examinando algumas experiências recentes no Brasil, como os Conselhos Gestores, a atuação das ONG's e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo, Dagnino demonstra que o processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado.

¹⁴ De acordo com Dagnino (2002), projetos políticos são conjuntos de interesses expressos em escolhas. São conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

Que não há possibilidade de conceber a sociedade civil como o pólo de virtude do aprofundamento democrático, embora o Estado ainda tenha um desenho autoritário que permanece resistente aos impulsos participatórios. Além disso, constata a precariedade da função mediadora dos partidos políticos e a busca, por parte das organizações da sociedade civil, de relações mais diretas com o Estado.

Essas constatações colocam em cena alguns elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a natureza das relações entre Estado e sociedade, que são sempre tensas, permeadas pelo conflito. Dagnino chama a atenção para o caráter de construção histórica dessa relação, que é objeto da política e, portanto, transformável pela ação política. Outro aspecto diz respeito à partilha do poder, foco mais generalizado dos conflitos. A sua análise mostra que há resistência dos executivos (federal, estaduais e municipais) em compartilhar o seu poder exclusivo sobre as relações referentes às políticas públicas. Contudo há, também, insistência de setores da sociedade civil em participar dessas decisões e concretizar o controle social sobre elas.

Dagnino (2003) problematiza essa relação, afirmando que há, hoje, uma confluência perversa entre o “projeto político participatório” e o “projeto neoliberal”. Segundo ela, tal confluência opera a disputa e deslocamentos de sentido em algumas noções fundamentais para o entendimento do processo, trazendo mesmo a sua resignificação. Trata a autora de três referências centrais: sociedade civil, participação e cidadania. A perversidade encontra-se no fato da confluência se dar entre dois projetos que apontam para direções opostas, embora ambos requeiram uma sociedade civil ativa e propositiva. A identidade de propósitos reside somente no fato da participação da sociedade civil ser aparente e ser construída através da utilização de referências comuns¹⁵.

¹⁵ Dagnino (2003) argumenta que o fato do “projeto neoliberal” ter encontrado no Brasil um projeto político democratizante amadurecido, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil, embora não hegemônico, mas capaz de construir um campo de disputa, fez com que as suas estratégias e formas de atuação fossem obrigadas a estabelecer interlocução com o campo adversário. Assim é que o confronto é substituído por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado, buscando uma inserção institucional dos movimentos sociais. Aí está a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva que os dois projetos requerem. A análise dos desvios de sentido das referências, citadas pela autora, encontra-se em “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. A referência completa encontra-se ao final do texto.

Dupas (2003) investiga algumas das crescentes inquietações provocadas pelas novas realidades sociais, políticas e econômicas deste início de século, principalmente frente à nova conjuntura gerada após os atentados de 11 de setembro de 2001. O autor se propõe a analisar “o imenso espaço vazio” de ação do Estado, um órfão da privatização, diante de uma sociedade afetada pela globalização. “Privatizou-se o Estado e não se publicizou o privado”, afirma o autor (op. cit. p. 80).

Nesta obra, que pode ser classificada como continuação de três antecedentes¹⁶, o autor apresenta um esforço abrangente de explicação para o que vem ocorrendo no mundo desde a queda do Muro de Berlim e a conseqüente adoção universal de princípios econômicos, políticos e mesmo filosóficos a que se costuma chamar de “globalização”.

Depois de ter tratado de outros efeitos desse processo nos trabalhos anteriores, Dupas debruça-se agora, especificamente, sobre como ele afeta as fronteiras entre as esferas pública e privada, tornadas muito menos claras e definidas do que foram no passado, pois a nova forma de reprodução do capitalismo requer essa “metamorfose constante” entre o público e o privado (Oliveira *apud* Dupas, 2003).

Dupas preocupa-se, justificadamente, com o destino da individualidade e da cidadania nas sociedades contemporâneas. Mostra como a diversidade, em todos os sentidos, vem sendo ameaçada por um sistema de mercado que, contraditoriamente, usa um discurso de defesa da liberdade de opções. Demonstra como, aos poucos, o mundo público tem sido ocupado em quase todas as atividades pelo privado.

O autor afirma que “o grande desafio para a preservação da cultura democrática implica a reconstrução de um espaço público e a volta do debate político” e que “o desafio contemporâneo é, pois, tentar constituir uma nova identidade coletiva quando as utopias se foram e a idéia de formar parte de um todo se desacreditou junto com as noções de crença e nação, o que acentua a necessidade inerente ao ser humano de dar sentido à vida e à sua transitoriedade” (Dupas, op. cit. p. 90-91).

¹⁶ DUPAS, G. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo* (3ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Paz e Terra, 2001; DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade da informação* (2ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Editora UNESP, 2001; DUPAS, G. *Hegemonia, Estado e governabilidade: perplexidades e alternativas no centro e na periferia*. São Paulo: SENAC, 2002.

Observa-se, assim, a tensão que hoje atravessa a dinâmica do avanço democrático no Brasil, tendo de um lado a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização – e, de outro, o processo de encolhimento do Estado e a progressiva transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil.

Desafios na construção do público democrático na sociedade brasileira

Diante do exposto, observa-se que a sociedade brasileira, em termos históricos e estruturais, vive de um modo singular as contradições entre o estatal e o privado, convivendo com componentes tradicionais e modernos, e que a concepção republicana de público não atingiu a sua maioridade.

O público na história brasileira foi marcado, como vários autores têm destacado, pela dominação oligárquica da troca como favor, base do clientelismo. Por outro lado, até os dias de hoje, o “pacto das oligarquias” com as chamadas elites modernas vem assegurando a estabilidade do poder vigente. Persistem relações de troca de favores políticos por benefícios econômicos e de favores econômicos por benefícios políticos. Mesclam-se o velho e o novo, sem rupturas radicais.

Por esta razão, a mudança profunda da função do fundo público na regulação econômica que, no caso brasileiro, Oliveira (1990) trata como uma “regulação truncada”, torna-se indispensável¹⁷. Além disso, torna-se, igualmente, indispensável a criação de espaços públicos ampliados e a implementação de novas formas de gestão pública abertas à participação popular, colocando na agenda política demandas, reivindicações, distribuição de recursos e responsabilidades dos sujeitos envolvidos.

Embora alguns autores enfatizem o conflito em suas análises, cabe ressaltar, contudo, que pouco se problematiza a relação Estado/mercado/sociedade e o papel dos movimentos sociais numa perspectiva

¹⁷ Oliveira (1990), utiliza a expressão “regulação truncada” para referir-se à forma particular em que se dá a relação Estado/classes no Brasil. Nesse sentido, ela diz respeito a uma regulação sem esfera pública, onde se dá a utilização do fundo público sem regras gerais, sem a constituição de alteridades que imporiam clivagens por onde passariam as decisões sob controle dos grupos e classes sociais, tanto os diretamente interessados quanto os não diretamente interessados. Numa regulação truncada ocorre apenas o confronto técnico, não o político.

de classes. Tal abordagem deixa de fora, ou não aprofunda, elementos fundamentais, como a relação entre capital e trabalho. Se considerarmos que são as relações sociais estabelecidas a partir desta relação fundamental, que possibilitam as transformações sociais, fica claro, então, o limite de tais abordagens. Assim, na busca de caminhos, alguns dos quais já indicados pelos autores visitados, podem ser apontados alguns dos desafios a serem enfrentados no movimento de construção e consolidação de espaços públicos democráticos no Brasil.

Um primeiro desafio localiza-se na democratização da sociedade civil e do Estado. Isso passa pela consolidação da democracia representativa e deve avançar para formas de democracia direta e, então, progressivamente, atingir patamares da democracia econômica e social. Se é necessário desmistificar a posição de que tudo do Estado é bom, é preciso, também, vencer a “satanização” do Estado, dando-lhe o devido lugar nas tarefas urgentes de um desenvolvimento humano e sustentável.

Outro desafio refere-se ao equacionamento da questão social, entendido como resolução de questões originadas por problemas sócio-econômicos como desemprego, subemprego, “economia informal”, pobreza, etc., por problemas sócio-políticos como apatia, corrupção, clientelismo, autoritarismo, participação, etc., e por problemas socioculturais, como analfabetismo, diversidade cultural, respeito à diferença, etnias, gênero, etc.

Um último, mas não menos importante desafio, diz respeito ao fortalecimento de fóruns ampliados de participação social, em todos os níveis de atuação, sob formas de organização, representação e funcionamento que assegurem a sua democratização e uma efetiva e sólida repartição do poder nas ações decisórias.

Assim, pode se dizer que as experiências recentes no Brasil poderiam se constituir em espaços de dimensão propriamente pública na sociedade, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado, na medida em que sejam transformados em espaços de convivência e debate que, potencialmente, requerem e fortalecem o aprendizado e a cultura de direitos, por meio do exercício efetivo da cidadania e do tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer impor a lógica neoliberal. Dentre tais experiências, o movimento sindical de trabalhadores é um fórum que não pode ser des-

considerado, sobretudo após a abertura de um novo cenário político que, não obstante os dilemas e dificuldades enfrentados e a direção tomada pelo governo Lula¹⁸, é caracterizado pela alteração na correlação de forças, o que pode trazer benefícios para os movimentos sociais e, em especial, para o sindicalismo. Mas representa, também, um grande desafio para as organizações democráticas que queiram enfrentar os interesses do capital financeiro, que se traduzem cotidianamente nos mercados, na mídia e nos círculos de poder. Nesse confronto, a constituição de espaços públicos democráticos é uma estratégia que pode reinventar o debate, descentrando-o da oposição estatal-privado, tão em voga e tão conveniente à operação ideológica liberal, a mesma que, segundo Sader (2004), fez desaparecer do debate a esfera pública, para dar lugar à esfera mercantil.

¹⁸ Refiro-me à situação encontrada e mantida pelo governo, com o Estado subordinado, principalmente, aos interesses da oligarquia financeira e à insistência de setores do governo em manter uma política macroeconômica conservadora, de viés neoliberal.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E. e ESCOBAR A. (Orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- AVRITZER, L. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- *Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- COSTA, S. "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais". In: *RBCS* N° 35, 2003.
- COUTINHO, C. N. *Dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- e TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- . *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* Conferência apresentada no Colóquio Internacional "Políticas de Cidadania e Sociedade Civil em Tempos de Globalização". Programa Globalização, Cultura e Transformações Sociais - Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela/Caracas, 23 e 24/05/2003.
- DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GURZA LAVALLE, A. *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004
- MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MELLO, A. F. de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da nossa época, v. 58).

- OLIVEIRA, F. de. "Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil". In: LARANGEIRA, S. (org.) *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- _____. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In: OLIVEIRA, F. de & PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis-RJ: Vozes/FAPESP, 2000.
- _____. Comentários na contracapa. In: DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- RANCIÈRE, J. "O Dissenso". In: NOVAES, A. (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social – caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- RIBEIRO, R. J. "A política como espetáculo". In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SADER, E. "Público ou mercantil". In: *Folha de São Paulo*. 10/05/2004.
- SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- SOUZA, H. de. *Em nome do bem público*. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28/06/1995.
- STAMPA, I. T. *Questão Social e sindicato nos trilhos da privatização*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social/PUC-Rio, 2000.
- _____. *O modelo de privatização brasileiro*. Trabalho apresentado no XXI Congresso de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia: Curitiba, 2002.
- _____. "Os sindicatos e a reinvenção da política em tempos de transformação". In: *O Social em Questão*. Vol. 12, Núm. 12. Rio de Janeiro: PUC – Departamento de Serviço Social, 2004".
- TELLES, V. da S. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.